

**CRIAR AO PEITO – PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS  
NO ATO DE AMAMENTAR.  
SÃO PAULO, 1899-1930**

*Mirtes de Moraes\**

*Durante muito tempo vinculou-se a mulher à sua sexualidade: “Não é nada mais do que seu sexo”, disseram a ela durante séculos. E esse sexo, acrescentavam os médicos, é frágil, quase sempre doentio e sempre indutor de doença. Eis que esse movimento muito antigo precipitou-se por volta do século XVIII, desaguando numa patologização da mulher – o corpo feminino tornou-se coisa médica por excelência.*

Foucault

O tema desta pesquisa nasceu de todo um percurso como pesquisadora. As pesquisas iniciais foram realizadas ainda durante a graduação,<sup>1</sup> experiência de trabalho bastante gratificante e que me permitiu investigar um amplo material contendo vários matizes do discurso médico no início do século XX. Essa experiência, tempos depois, foi de grande utilidade para o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado.<sup>2</sup>

No trabalho de mestrado, tendo tido contato com diversos textos de medicina social, pude investigar uma vasta documentação médica tratando dos vários tipos de mortalidade associados ao meio urbano. Entre essa documentação, deparei-me com muitos artigos científicos interessados na questão da mortalidade infantil, uma vez que os dados estatísticos da época apontavam que o principal motivo da morte entre crianças na primeira infância estaria relacionado a problemas gastrointestinais. Como medida profilática a ser adotada para combater os altos índices de mortalidade infantil, os médicos recomendavam, de maneira insistente, a amamentação da criança realizada pela própria mãe.

Buscando entender mais a fundo essa recomendação médica, aprofundi a pesquisa recorrendo aos acervos documentais da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Saúde Pública, ambas pertencentes à Universidade de São Paulo – USP. Nos arquivos dessas

duas instituições, selecionei toda a documentação referente à relação entre mortalidade infantil e aleitamento materno. Vários subtemas foram surgindo – amas-de-leite, puericultura, educação infantil, abastecimento de leite na cidade –, todos de alguma forma articulados ao discurso médico. Nessa articulação, as questões específicas do aleitamento materno ganhavam importância.

Somando-se a essas publicações médicas, tive ainda contato com um grande número de materiais destinados a campanhas de esclarecimento público, elaborados com supervisão médica e que visavam alertar a população a respeito dos procedimentos “corretos” para que a mortalidade infantil pudesse ser evitada. Esses cartazes (bem como o material de divulgação em geral) me pareceram bastante interessantes como fonte de pesquisa, haja vista que ali estão formuladas representações do feminino, da infância, além de toda uma série de normas a serem seguidas pela população, capturando o universo simbólico popular e adequando-o aos parâmetros tidos como corretos pela ciência médica.

A escolha das fontes médicas como a principal interlocutora nesta pesquisa deu-se em razão da força desse saber que se insere no proposto período histórico, e que tomou a direção para viabilizar diversas questões que envolveram os rumos da urbanização nas cidades que se industrializavam. A ação médica esteve presente e influenciou desde os hábitos mais íntimos dos indivíduos até a forma dos projetos arquitetônicos desenvolvidos nas cidades; e o aleitamento foi uma das formas interceptadas pelo discurso da ciência que teve de se adequar às imposições dos novos padrões racionais de existência. Esse processo significou o redimensionamento de representações e de práticas tradicionais relacionadas à amamentação e à criação dos recém-nascidos.

Dessa perspectiva, pode-se, portanto, pensar o discurso médico como uma forma de poder que constrói representações sobre a realidade social, invadindo o espaço dos lares e normalizando as práticas cotidianas mais íntimas de seus moradores. Assim, todo esse processo de administração da intimidade por parte da ciência acaba gerando formas sutis de dominação, que criam um âmbito de procedimento tido como correto, para, no mesmo movimento, marginalizar os procedimentos que ali não se enquadram – procedimentos que a partir de então serão vistos como indesejáveis.

Uma das consequências, nessa configuração das representações associadas direta ou indiretamente ao aleitamento, diz respeito à forte associação que foi se forjando entre mulher e maternidade. Desde então, a mulher deveria ser vista sobretudo como geratriz e criadeira, e a ela se atribui um “papel social” específico, forjando-se-lhe uma identidade que, em muitos sentidos, restringiu seu âmbito de atuação na sociedade.

Pretende-se, com o desenrolar da pesquisa, acompanhar a trajetória que conduziu ao vínculo pretensamente natural e imediato entre mulher/mãe e um inerente amor ma-

terno; ao mesmo tempo, deseja-se perceber quais foram as estratégias utilizadas pelos discursos médicos na formulação dessa identidade, tentando, assim, analisar uma forma de poder sobre o corpo e a sensibilidade femininos.

Tratar o corpo como objeto histórico implica pensá-lo nas relações que se travam entre a cultura e a natureza, o físico e o espiritual, a identidade e a alteridade, ou seja, através das matrizes de sentido que recortam o espaço necessário para o surgimento de suas representações.

Nesse caminho, a pesquisa pretende partir de uma problemática bem delimitada: como, no início do século XX, o discurso médico intervém nas questões referentes à amamentação dos recém-nascidos, recriminando a prática tradicional de amamentação mercenária e reivindicando o aleitamento dos bebês pelas próprias mães.

Ao mesmo tempo em que os médicos apontavam o quadro preocupante e assustador da mortalidade infantil causada na maioria das vezes por diarreias, disenterias e enterites, enviavam como propostas amenizantes a mensagem: “As mães devem aprender a ser mães”.<sup>3</sup> Pelos vários sinais emitidos por publicações médicas, nota-se um grande empenho de convencimento para que as mães exercessem sua “vocalização natural”.

Nesse sentido, o discurso médico trabalha baseado em um movimento que opera numa dupla dimensão: uma, negativa e restritiva; e outra, positiva e produtiva. Nessa perspectiva, vincula-se a condição social das amas à má qualidade do leite e dos princípios morais que fornecem às crianças, negando-se, assim, a validade dos serviços por elas prestados; ademais, vai-se produzindo e solidificando uma vinculação cada vez mais difícil de ser rompida, que justapõe a imagem da mulher à imagem da mãe: ser mulher deveria significar ser mãe.

Interessa-nos perceber, nesse contexto, a estratégia de sujeição da prática da amamentação pelo discurso médico (quer dizer, a adequação da mulher aos modos de representação dos médicos) que se fez pela construção de uma imagem do corpo feminino delimitada por suas inscrições biológicas e que teve conseqüências político-culturais relevantes.

Do binômio mulher/mãe, emerge toda uma gama de atributos perfeitamente adequados ao ideal da maternidade, todavia desajustada em relação a uma série de outros desempenhos sociais. As adjetivações de “docilidade”, “instinto maternal”, “emotividade”, “fragilidade” não serão apenas características verificáveis no que diz respeito a todas as mulheres, mas passam a ser atributos lógicos derivados das conexões sógnicas retiradas da relação corpo/feminino/natureza. São eles que vão permitir a chave compreensiva necessária para o entendimento da tendência natural feminina para a maternidade. Em certo sentido, é a partir do campo de referência fornecido por essa imagem de corpo feminino que se impõe como essencial para o papel que as mães devem desempenhar em relação ao aleitamento.

Se coube à Razão, sobretudo a partir do século XVIII, o papel de dominar o mundo natural para sujeitá-lo aos interesses do ser humano, a constatação de um pertencimento muito mais direto (em relação ao homem) entre mulher e natureza – a submissão biológica do seu corpo aos ciclos naturais (gravidez, aleitamento, menstruação) associou a alma feminina a um produto “indiscutivelmente” plasmado nas leis naturais.

Lembremo-nos de que os atributos da mulher derivados desse seu vínculo tão marcado com o meio natural denotam uma oposição óbvia à racionalidade, o que lhes confere uma imediata dimensão política, haja vista serem o pensamento e a ação racionais os núcleos de poder mais fortes num mundo que vai sendo completamente desencantado e gerido pelo saber científico.

Parece conveniente a essa pesquisa não apenas registrar o que as mulheres tiveram de ceder à noção de “natureza feminina” para se deixarem sujeitar aos poderes do discurso médico, mas também perceber, num mesmo movimento, de que modo as “relações de sujeição podem fabricar sujeitos”.<sup>4</sup> Isto porque, se o discurso médico pretendeu sustentar empiricamente (por meio de uma imagem de corpo) uma “natureza feminina”, teve de enaltecê-la e positivar as características de passividade, afetividade e abnegação das mulheres. Dessa forma, a pesquisa deve se preocupar em desvendar o jogo que estabelece uma configuração discursiva, quer dizer, perceber sujeitos e objetos como resultados de práticas culturais.

Assim, teremos de conceber o “amor materno”, a “emotividade”, a “docilidade”, por um lado, como efeito, como formas de subjetivação resultantes de práticas discursivas emergentes no âmbito da medicina social, que codificam essa “natureza” da qual as mulheres em geral devem ser o objeto; e, por outro lado, como produto das tecnologias disciplinares que esquadrinham e normalizam os sujeitos sociais, adequando seus corpos em função de suas necessidades de controle.

Cabe ainda nesta apresentação uma pequena ressalva, pois apesar deste trabalho enfatizar e priorizar o discurso médico devemos, durante a pesquisa, considerá-lo apenas como um dos elementos, ou, como Foucault denomina, *dispositivo*. E é ele mesmo quem define o conceito:

O que tenho a sublinhar sobre esse nome é primeiramente um conjunto decididamente heterogêneo comportando discursos e instituições, a ordenação arquitetônica, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, logo: o dito, assim como o não dito, aí estão os elementos do *dispositivo*.<sup>5</sup>

Assim, nesse movimento, esse discurso médico que conferiu um papel específico às mulheres, principalmente no que diz respeito à reprodução e à doação de alimentos, é

atravessado e apoiado por outros saberes (como a disciplina de psicologia e a de psicanálise) que enfatizam o papel crucial do seio materno na vida emocional da criança.

Pensar no aleitar é refletir sobre questões muito complexas em que a cidade de São Paulo estava envolvida no início do século XX; portanto, esse pequeno tema abre um leque de possibilidades para se perceber a ação do discurso médico. Este se estabelece como num jogo de espelhamento com outros discursos, que, então, passam a se reforçar mutuamente, expandindo-se pouco a pouco por meio de estratégias variadas de circulação, trançando articulações sutis com outros discursos, dos quais, muitas vezes, aproveitam e incorporam a autoridade tradicional já arraigada no imaginário social.

*Recebido em junho/2002; aprovado em julho/2002*

### *Notas*

\*Doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em História (PUC-SP), com bolsa Fapesp, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos.

<sup>1</sup>O primeiro contato com a documentação que definiu o núcleo de interesses que depois viria a direcionar meus futuros projetos de pesquisa deu-se, já na Iniciação Científica (CNPq-PIBIC), com o trabalho: MATOS, M. I. S. de. *Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. São Paulo, 1890-1930*. 1995 (Mimeogr.).

<sup>2</sup>MORAES, M. de. *Imagens e ações: representações e práticas médicas na luta contra tuberculose. São Paulo, 1899-1930*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

<sup>3</sup>CURSINO, M. O leite e a mortalidade infantil. *Brazil médico*, Rio de Janeiro, 1903.

<sup>4</sup>FOUCAULT, M. "É preciso defender a sociedade". In: *Resumo de cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 71.

<sup>5</sup>FOUCAULT, M. "O jogo de Foucault". In: *Dits et écrits II*. Paris, Gallimard, 2001, p. 298.